

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ A experiência de implantação da Educação do Campo na rede pública de ensino do Distrito Federal – 2012 a 2017

 Deborah Moema Campos Ribeiro *

Resumo: Este artigo tem como objetivo compartilhar o processo de implementação da política pública de Educação do Campo junto às unidades escolares do campo que integram a rede pública de ensino do Distrito Federal, no período de 2012 a 2017. Sobretudo os processos deflagrados para tal fim e seus desdobramentos, bem como o histórico das ações desenvolvidas e as reflexões por elas suscitadas. Conclui com a consideração de que a Educação do Campo se concretiza quando o campo e seus sujeitos são o ponto de partida e de chegada, quando dele e nele se pode extrair o planejar, o realizar e o avaliar com vistas à garantia das identidades daqueles que nele vivem. E que é necessário haver condições materiais e estruturais análogas às demais modalidades de ensino, a fim de garantir que a implementação da referida política pública seja, de fato, efetuada, enquanto garantia de direito dos povos do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Educação.

* Deborah Moema Campos Ribeiro é graduada em Letras Português/Latim. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: deborahmoema@gmail.com.

Te convido a acreditar
 Quando digo futuro
 Se não acredita nos meus olhos,
 Acredita na Terra, acredita na chuva, acredita na seiva,
 Há vinte mil novas sementes no campo, desde ontem.
 (Sílvio Rodriguez)

A Educação do Campo é institucionalmente reconhecida na rede pública de ensino do Distrito Federal por meio da criação do Núcleo de Educação do Campo, em 13 de dezembro de 2011, que, juntamente com os Núcleos de Educação em Diversidade Étnico-Racial, Educação em Gênero e Sexualidade e Projetos Especiais constituíram a, então, Coordenação de Educação em Diversidade. À época, éramos todas mulheres: negras, brancas, indígenas, lutadoras, guerreiras, sonhadoras. E a luta de todas e todos que se uniam em torno dessa bandeira irmanava-se no princípio de que os seres humanos constroem-se, costumam-se, humanizam-se no fazer história, ao se reconhecer linha, agulha, alinhavo e a mão que trança os fios da própria história: sujeitos de sua própria história!

Antes da Coordenação de Educação em Diversidade e do seu Núcleo de Educação do Campo, as escolas identificadas como “rurais” eram marcadas pela preterição e pela invisibilidade. Tanto mais distantes, tanto menos visíveis. Ao chegarmos ao Núcleo de Educação do Campo, em meados de agosto de 2012, encontramos-nos, eu e a professora Anna Izabel Costa Barbosa¹ - sim, éramos apenas nós duas – com um cenário de completo desconhecimento dessa realidade e com um imenso desafio à frente de implantar e implementar a política pública de Educação do Campo nas 75 escolas rurais que, naquele momento, integravam a rede pública de ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2012). Hoje são 78 (Quadro 1).

Quadro 1.

UNIDADES ESCOLARES DO CAMPO POR REGIONAL DE ENSINO SEEDF	
Coordenação Regional de Ensino	Unidades Escolares
Brazlândia	12
Ceilândia	5
Gama	7
Núcleo Bandeirante	3
Paranoá	14
Planaltina	20
São Sebastião	4
Santa Maria	1
Sobradinho	12
TOTAL	78

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2017.

Por onde começar? Tínhamos uma certeza, que também era um princípio moral e ético: não o faríamos sozinhas; não o faríamos em um gabinete de temperatura artificialmente amena, às custas de um aparelho de ar-condicionado; não faríamos “de conta”. Respeitaríamos o chão percorrido, o solo plantado, o solo regado – por vezes com sangue, por vezes com a própria vida – dos povos do campo, daqueles que lutaram e lutam pela Educação do Campo.

Como pensar em implantar uma política pública de Educação do Campo sem antes conhecer a realidade dessas escolas, quase sempre esquecidas e ignoradas em meio às plantações e às névoas de poeira, levantadas na luta por terra, por direitos, por reconhecimento? Como pensar em construir políticas públicas para Educação do Campo senão coletivamente, com a participação de todos os sujeitos, para que nossas ações tivessem, dessa maneira, o peso da legitimidade e a leveza das mãos dadas?

Assim, de meados de agosto a dezembro de 2012, percorremos cada uma das escolas do campo do DF. A intenção era dialogar: mais ouvir do que falar. Tínhamos em mãos um instrumento de diagnóstico, importante ferramenta nesse desafio de conhecer e compreender o campo do Distrito Federal, para podermos desenhar propostas voltadas às escolas do campo.

Nesse instrumento de diagnóstico registramos as experiências educacionais desenvolvidas; quem eram os profissionais que atuavam naquelas escolas; a situação socioeconômica e cultural das comunidades onde estão inseridas as escolas; a existência de movimentos sociais na região, assentamentos, acampamentos, cooperativas, sindicatos rurais, etc.; tradições culturais: Folia do Divino, Catira, Cavalgada, Festa Junina, Cavalgada; a situação fundiária da comunidade (propriedade da terra e situação legal); uso e destinação da terra e das propriedades (tipo de plantio e manejo da terra, criações, fonte de emprego e renda, ciclos agrícolas, condições climáticas, etc.); equipamentos públicos existentes na comunidade (posto de saúde, água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica, internet), e transporte escolar. Indagamos também a respeito das necessidades relacionadas a adaptações e flexibilizações de calendário, de currículo e da organização escolar, advindas das especificidades da vida no campo; como se dava o atendimento a estudantes com necessidades especiais; como eram desenvolvidas as temáticas da Diversidade (étnico-racial, gênero e sexualidade e relação escola-comunidade) e dos Direitos Humanos. Inserimos, por fim, um item que tratava do conhecimento a respeito da Educação do Campo e de seus marcos legais e da aplicação da respectiva legislação.

A metodologia utilizada para a coleta de dados e informações considerou os seguintes procedimentos e instrumentos: visitação às 75 escolas do campo² (à época) e às demais escolas que, de uma ou outra forma, se relacionassem com essa modalidade de ensino³; observação da realidade em que as escolas estão inseridas; entrevista com as equipes gestoras das escolas; aplicação de questionário; registro por meio de fotografias e vídeos; observação da realidade de cada escola; e entrevistas com as lideranças locais.

Assim, chegamos pessoalmente a cada uma dessas escolas com um instrumento de diagnóstico, no qual consideramos dados tanto qualitativos quanto quantitativos. Isso nos serviu, sobretudo, de roteiro para iniciarmos uma escuta atenta aos gestores, professores, estudantes, comunidade, a fim de construir coletivamente a política de Educação do Campo do DF, em consonância com os marcos legais já instituídos no âmbito federal.

Tal instrumento de diagnóstico, no atrito com a realidade que se nos apresentava, em alguns aspectos não atendia às nossas expectativas, mas tampouco podíamos alterá-lo, pois os registros dos dados anteriormente coletados seriam invalidados.

Por isso, acrescentamos tópicos como observações, a fim de não desconsiderar ou omitir fatos importantes.

Havíamos, dessa maneira, dado o primeiro passo no sentido de construirmos, coletivamente, a política pública de Educação do Campo no DF. Mas, ante esse longo primeiro passo, vimos o quanto de chão haveríamos de percorrer.

Ora, se a construção/organização coletiva era, para nós, um princípio inegociável, teríamos que ir muito além para a consecução desse objetivo. O primeiro contato promovido quando da realização do diagnóstico da realidade revelou um grande desconhecimento por parte da maioria dos gestores sobre o que vem a ser a Educação do Campo. E esse conhecimento haveria de ser o pré-requisito para se estabelecer um diálogo reflexivo, propositivo e transformador, ultrapassando o censo comum.

Precisávamos preparar o terreno onde semearíamos a Educação do Campo. Ela não poderia ser confundida com um outro nome para escola rural. Ela vai muito além e carrega em seu nome a dimensão da sua realidade. Não se trata, simplesmente, de Educação *no* Campo, pois assim estaria reduzida a um mero coeficiente de localização geográfica, como o são as escolas rurais, enquanto edificações escolares situadas no campo, mas que reproduzem, de modo precário e subalternizante, a educação que se dá na cidade. Tampouco referimo-nos a Educação *para* o Campo, em que seria pensada por outras pessoas estranhas ao campo. Quando falamos em Educação *do* Campo, a preposição *de* mais o artigo o apontam para os sujeitos a quem de direito essa modalidade de ensino pertence: os sujeitos do campo.

O termo “Educação do Campo”, conceito forjado em 1998 na “I Conferência Nacional por uma Educação do Campo”⁵ – CNEC, traz importantes significados, contrapondo-se ao termo Escola Rural. Em primeiro lugar, estamos tratando de um novo espaço de vida, que não pode se resumir na dicotomia urbano/rural. O campo é compreendido como “um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, étnica, cultural, ambiental dos seus sujeitos”. (II CONFERÊNCIA, 2004)

Há, ainda, que se distinguir os termos “rural” e “campo”. O conceito de rural reveste-se de um significado historicamente forjado, em que os povos do campo são tidos como pessoas carentes de assistência e proteção, atribuindo ao rural o lugar do atraso, concebido a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. Esse modelo “rural” de desenvolvimento engendra contradições que produzem, por um lado, a crise do emprego e a migração campo-cidade e, por outro, a reação da população do campo que se expressa em demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais.

Já a concepção de campo emerge dos movimentos sociais no final do século XX, e traz em si a referência à identidade e à cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos de direitos, história, cultura e valores. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o

direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda, a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental de formação cultural. (FERNANDES, 2011, p. 141)

Isso posto, a perspectiva da Educação do Campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

A principal luta da Educação do Campo tem sido no sentido de garantir o direito de uma educação NO e DO campo, isto é, assegurar que as pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve acontecer a partir de sua própria história, cultura e necessidades. Educação do Campo é mais do que escola, mas inclui a escola que é, ainda hoje, uma luta prioritária, porque boa parte da população do campo não tem garantido seu direito de acesso à Educação Básica. (BRASIL, 2009)

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, da Presidência da República, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) traz as importantes definições de populações do campo e escolas do campo, em seu Art. 1º, Parágrafo 1º, quando da implantação dessa política:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e.
II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Iniciamos, então, o ano de 2013 com duas grandes ações de natureza formativa, cujo objetivo era implantar uma política pública de Educação do Campo para o Distrito Federal. Isso com a possibilidade da (re)organização dos processos pedagógicos da escola, na perspectiva do atendimento às culturas camponesas locais, em consonância com os princípios da Educação do Campo e conforme os marcos legais e normativos que orientam a Educação do Campo no Brasil.

Essas ações foram: o *Projeto Piloto de Educação do Campo*, em quatro escolas do campo, escolhidas entre aquelas que atendem a crianças e jovens de assentamentos da reforma agrária ou comunidades de agricultura familiar, as quais desenvolvessem produção agroecológica ou de transição agroecológica, e cuja direção tenha demonstrado disposição ao diálogo com a Educação do Campo durante o diagnóstico realizado em 2012. E o *Circuito Pedagógico*, visando à construção de

uma rede de ações das Escolas do Campo do DF, assim como debater a inserção das temáticas relacionadas à Educação do Campo no Currículo da Educação Básica do DF.

O *Projeto Piloto de Educação do Campo* haveria de “fornecer indícios das potencialidades e dificuldades para a implantação da Educação do Campo no DF”⁴. Foi realizado em duas Regionais de Ensino: em Brazlândia, na Escola Classe Chapadinha e no Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes, ou simplesmente, CED Irmã Regina. E em Planaltina, na Escola Classe Chapadinha e na Escola Classe Pedra Fundamental.

O *Circuito Pedagógico*, com um total de cinco encontros técnico-pedagógicos, quando eram abordados temas e conceitos fundantes para a Educação do Campo pretendia, por sua vez, ainda que de outra forma e sob outros métodos, estender às demais unidades escolares do campo o processo formativo que acontecia no Projeto Piloto.

O planejamento das ações a serem realizadas pelo, à época, Núcleo de Educação do Campo, nascia com as informações, os dados e as reflexões que emergiam do *I Diagnóstico da Educação do Campo – SEEDF/2012*, do *Projeto Piloto de Educação do Campo* e do *Circuito Pedagógico da Educação do Campo*.

Ouvíamos, sempre atentas, as muitas demandas que extrapolavam o pedagógico, que ultrapassavam a dimensão que nos competia, enquanto parte integrante da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF. O que era compreensível, se considerarmos as décadas de abandono pelas quais passaram.

Nesse ponto, há que se destacar que tal planejamento sempre foi tanto elaborado, quanto desenvolvido com a colaboração de muitos parceiros. Primeiramente, o EAPE (Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), até 2016, os coordenadores intermediários da Educação do Campo, que atuavam nas Coordenações Regionais de Ensino, como eles junto às unidades escolares; MEC, EMATER, SEAGRI, UnB, IFB, MST, CONTAG, entre outros...

Todo e qualquer planejamento realizado pela equipe de Educação do Campo respeitou o princípio de coletividade que mencionamos no início deste artigo. Os coordenadores intermediários da Educação do Campo, necessariamente, participavam da formação de Educação do Campo (EdoC), ofertada pelo EAPE, a fim de garantir-lhes propriedade ao acompanharem e orientarem as unidades escolares do campo, assim como capacitava-os à reflexão, questionamentos e proposições acerca do tema. Eram realizadas reuniões periódicas, com o intuito de orientar, acompanhar o processo de implantação da EdoC, compartilhar experiências e também formar continuamente. Formação esta que se dava por meio da metodologia da alternância, em que os participantes têm o tempo formação (quando participam de palestras, oficinas, debates, visitas técnicas) e o tempo escola/comunidade (quando desenvolvem ações junto às respectivas comunidades escolares). Sendo que, nos encontros formativos seguintes, retornavam com a apresentação de relatórios acerca dessas ações desenvolvidas, integrando as atividades teóricas às práticas, articulando conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e técnicos que possam dotá-los de capacidade para refletir sobre a realidade e modificá-la. Nesse sentido, contamos com a cooperação de parceiros fundamentais, sem os quais pouco teríamos caminhado.

Todos os planos de ação da Educação do Campo, no período

compreendido de 2012 a 2014, tiveram como fator central o reconhecimento de que muito pouco ou nada avançaríamos se não deflagrássimos um amplo e geral processo formativo, em que não apenas gestores, coordenadores intermediários e representantes da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) participassem, mas que chegasse onde deveria chegar: educadores do campo, compreendendo como educadores todos aqueles que atuam em unidades escolares: professores, merendeiras, vigias e demais profissionais.

Importante ressaltar que a Educação do Campo é *modalidade de ensino* e destina-se a todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e demais modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial), conforme a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 - que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

E, ainda, que, conforme o Art. 2º, parágrafo único, das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2012, p. 33)

O planejamento visando à implementação da Educação do Campo no DF deveria ir muito além da necessária e fundamental reestruturação física das unidades escolares do campo.

Foram, assim, desenvolvidas ações que promovessem o conhecimento acerca dos princípios e matrizes norteadores da Educação do Campo e que viessem subsidiar as unidades de ensino na elaboração e execução dos seus Projetos Político-Pedagógicos; Projetos Interventivos; Reorganização do Trabalho Pedagógico.

Dentre as muitas ações desenvolvidas, elencamos algumas:

1. Elaboração coletiva - com a participação da dos coordenadores intermediários, das formadoras do EAPE, assim como de gestores, professores, coordenadores pedagógicos entre outros parceiros - de marcos normativos para a Educação do Campo:

1.1. Plano Distrital de Educação do Distrito Federal – 2015-2024, aprovado pela Lei nº 5.499, de 14/7/2015 (DODF nº 135, de 15/7/2015) que apresenta 41 estratégias, destinadas a: Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (DISTRITO FEDERAL, 2015b, p. 29)

1.2. Elaboração do texto do Caderno Pressupostos Teóricos

do Currículo em Movimento da Educação Básica, o qual contextualiza a Educação do Campo no território do DF, apresenta seus pressupostos teóricos e a sua prática em construção.

- 1.3. Inserção da modalidade de ensino Educação do Campo no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015), o qual traz a quem se destina a Educação do Campo, a definição de escola do campo, objetivos, seus princípios, como se dá a sua oferta, organização e funcionamento, em consonância com os marcos legais nacionais e distritais.
2. Formação Continuada, realizada pelo EAPE e destinada a gestores, coordenadores intermediários (UNIEB), coordenadores locais (Unidade Escolar), profissionais da educação em geral, comunidade escolar, comunidade inserida nos territórios camponeses em que as escolas estivessem inseridas.
3. Construção de Inventário Social, Histórico e Cultural das Unidades Escolares do Campo da SEDF, pelas 78 unidades escolares do campo da SEEDF (Figura 1).

Figura 1



Fonte: SEEDF.

A *Proposta Didática para Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural* foi elaborada a muitas mãos e visa à inserção sociocultural de estudantes, comunidade escolar em geral, produtores adjacentes, por meio da apropriação de recursos, experiências, investigações das quais esses sujeitos são sempre excluídos e alienados.

Trata-se de profunda inserção da dimensão humana da instituição educacional, que vem a ser a comunidade escolar – profissionais da educação em geral, alunos, pais, responsáveis, comunidade adjacente – no contexto espaço-temporal de cada escola.

É proposto o rastreamento desses tempos e das matrizes formativas da Educação do Campo, que são: terra, história, trabalho, cultura, organização coletiva, luta social, vivências de opressão e conhecimento popular no território onde a unidade escolar encontra-se inserida. A escola deve ouvir sua comunidade e compartilhar tal audição.

Os alunos devem buscar ouvir, ver, compreender o que têm a dizer seus pais, avós e vizinhos. E professores devem dar a conhecer os registros culturais, históricos, sociais e dos modos

de produção presentes nessas falas, a fim de que alunos e comunidade escolar em geral reconheçam-se como portadores de história, cultura, tradição, lutas e possam preservá-las, e delas se alimentarem e transformarem a si mesmos e à sua comunidade.

4. Projeto Dia do Campo – era realizado em todas as Coordenações Regionais de Ensino/Unidade Regional de Educação Básica (CRE/UNIEB) que contam com unidades escolares do campo, reunindo docentes e demais profissionais da educação, preferencialmente, em uma escola do campo, com o propósito de promover, articular e acompanhar encontros pedagógicos para troca de saberes, experiências e projetos desenvolvidos a partir dos princípios e matrizes da Educação do Campo, quando da produção do Inventário Social, Histórico e Cultural, para que esse seja apropriado e debatido pelo coletivo de profissionais. Objetivava-se, dessa maneira, ampliar a todos os profissionais da educação o espaço de formação e diálogo que promova a implementação da Educação do Campo no DF.
5. *Fórum Permanente de Educação do Campo - FECAMPO* é um fórum social e popular e conta com reuniões periódicas, com a participação de representantes diversos, como SEEDF, UnB, IFB, MST, CONTAG, GTPA FÓRUM EJA, entre outros (Figura 2).

Figura 2. Plenária Fórum Permanente de Educação do Campo-FECAMPO em que foram elaboradas, coletivamente, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo DF.



Fonte: Autora.

Também articulam ações interinstitucionais e em parceria com a sociedade civil para a construção e afirmação de uma política pública para educação do campo no DF e propõem programas de formação continuada para educadores do campo do DF, assim como eventos voltados ao debate e à reflexão acerca de questões agrárias e educação do campo.

6. Implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - *ProJovem Campo - Saberes da Terra* foi realizado na CRE Planaltina, no Centro de Ensino Fundamental Pipiripau II destinado a jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, que atuam na agricultura familiar, residentes no campo, que não tenham concluído o Ensino Fundamental.

O ProJovem Campo - Saberes da Terra fundamenta o fazer pedagógico, o currículo e a metodologia do Programa na

Figura 3. Formatura dos/as estudantes do ProJovem Campo, em 31.08.2017, no Centro Comunitário da Associação de Produtores do Pipiripau II



Fonte: Autora.

agricultura familiar, uma vez que objetiva a formação de jovens agricultores com vistas à construção de um novo projeto de educação e sociedade campesina (Figura 3).

7. *Projeto Piloto de Inventário Social, Histórico e Cultural – EC Lajes da Jiboia/Ceilândia*, em parceria com o EAPE. Objetivou acompanhar as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas a partir da formação em Educação do Campo, visando avaliar como o paradigma da Educação do Campo está se instalando no cotidiano escolar e em seus diversos segmentos (alunos, professores, servidores, comunidade).

Foram realizadas visitas técnico-pedagógicas às propriedades produtivas e encontros formativos com merendeiras, professores e estudantes para construir um novo paradigma de alimentação escolar que se defina não apenas por decisões centrais, mas que possa ser construído coletivamente pela unidade escolar.

8. Participação da Comissão Central Temática de Execução do Circuito de Ciências 2017 e promoção de oficinas com abordagem específica da Educação do Campo, conforme abaixo:

- 8.1. Oficina - Na Tela da Matemática: Matematizar: a realidade da matemática no ensino no/do campo (professora Ednalva)
- 8.2. Oficina: Práticas contra-hegemônicas na Educação de Jovens e Adultos: A Educação do Campo e o Ensino de Ciências da Natureza no ProJovem Campo Saberes da Terra (professora Elizana)
- 8.3. Projeto ABCerrado - Oficina MatoMática (professor Pau Pereira).

9. Articulação, planejamento e acompanhamento da participação de unidades escolares da cidade e do campo no Congresso Latinoamericano de Agroecologia.

O evento Brasília Agroecológica, que ocorreu entre os dias 12 a 15 de setembro de 2017, reuniu os seguintes encontros de Agroecologia: VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; e o V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Participaram desse evento aproximadamente 5.000 pessoas, de todas as regiões do Brasil e diversos países do mundo, com grande

representação da América Latina. O evento foi realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, durante a Semana do Cerrado.

O tema central do evento trouxe a importância da Agroecologia na transformação dos sistemas agroalimentares no mundo a partir de um olhar de reconhecimento da memória biocultural latino-americana, de sua riqueza e sua contribuição histórica e da relevância para a alimentação mundial. Esse tema permitiu olhar o passado, entender onde estamos e discutir quais caminhos futuros devemos seguir para construir o Bem Viver entre os países na América Latina.

As escolas participaram em várias atividades educativas propostas pela Ciranda Mãos na Terra, tais como: construção e manejo do minhocário; atividade de pintura com tintas naturais; plantio de hortas verticais; produção de papel reciclado; e oficina de reaproveitamento de resíduos. Além dessas atividades, as escolas visitaram a Feira Agroecológica e da Agrobiodiversidade, participaram das oficinas de funcionamento e construção de banheiros secos e das atividades das tendas dos Caminhos do Saber, principalmente nos temas Água, Educação e Sustentabilidade e Agricultura Urbana e Periurbana.

10. Participação de unidades de ensino que atendem ao 9º ano do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, e que desenvolvam projetos na área de Ciências/Sustentabilidade na I Feira de Ciências da Licenciatura em Educação do Campo – FUP.

11. Articulação com a Diretoria de Educação Infantil, a fim de garantir a implantação da política pública de Educação do Campo na I Creche do Campo do DF na comunidade Capão Seco (Figura 4).

Figura 4. 1ª creche do campo, na comunidade Capão Seco.



Fonte: Autora.

12. Stand da Educação do Campo na 33ª edição da Feira do Livro de Brasília, com a exposição de projetos desenvolvidos por unidades escolares de Educação do Campo, a saber, CED Osório Bacchin, com o projeto Matemática na Tela do Campo (coordenado pela professora Ednalva), EC Córrego do Meio, com os projetos ABCerrado e MatoMática (coordenado pelo professor Pau Pereira) e CEF Agrourbano, levando seus projetos de sustentabilidade (professora Gedilene) (Figura 5).

Figura 5. Stand da Educação do Campo na 33ª edição da Feira do Livro de Brasília.



Fonte: Autora.

Desafios na implementação da política pública de Educação do Campo

Considerando que a modalidade de ensino Educação do Campo, conforme os marcos normativos nacionais e distritais que a regem, deve garantir àqueles que assim o desejam, a permanência no próprio campo, não se restringe a um projeto político-pedagógico vinculado à realidade, ela deve ir além: precisa prever, no currículo, nos projetos políticos-pedagógicos (PPP) e na organização do trabalho pedagógico, a integração de alternativas sustentáveis

O atendimento educacional dos povos do campo não se faz pela transposição de modelos instituídos a partir da dinâmica social e espacial urbana. Esta constatação, aliada à compreensão da grande diversidade de ambientes físicos e sociais de que se constitui o universo rural do DF, impõe importantes desafios que vão desde o reconhecimento de formas alternativas de organização de tempos e espaços escolares até a definição de estratégias específicas de atuação (BRASIL, 2012).

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é direito de todos, mas o exercício deste direito ainda é marcado pela desigualdade que afeta as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que residem no território rural do DF. Muitos foram os desafios enfrentados durante a implementação da Educação do Campo no DF, no período de 2012 a 2017, dentre os quais elencamos:

1. Poucos ou inexistentes recursos didáticos e materiais didático-pedagógicos com conteúdos camponeses locais, para que os estudantes possam intensificar os conhecimentos da sua região administrativa, executando políticas curriculares baseadas na identidade cultural local dos povos do campo.
2. Precário acesso à internet. Todavia tal acesso e, por consequência, a apropriação e a utilização dos recursos tecnológicos e da conectividade, pode contribuir para a constituição de uma identidade própria das comunidades escolares do campo, à medida que os estudantes moradores da zona rural passam a ter a possibilidade de produzir conteúdos sobre sua realidade e cultura, como produtores culturais, em suas próprias percepções.
3. Transporte escolar inadequado à realidade de atendimento das unidades escolares do campo, cujo acesso, se dá, em muitas das vezes, por estradas de terra.
4. Estrutura e infraestrutura das unidades escolares do campo são, muitas vezes, precárias ou insuficientes para atender à demanda existente. Como pode se depreender a partir dos dados constantes do total de matrícula inicial do Distrito Federal, por localização, segundo etapa/modalidade e turno, em que é evidente o afunilamento de matrículas na área rural (Tabela 1).
5. Recursos humanos insuficientes nos setores específicos, com formação adequada, tanto no nível central (SUBEB), quanto no nível intermediário (CRE), tanto para o acompanhamento da implementação da Educação do Campo nas unidades escolares, quanto para promover a articulação com as demais áreas e setores, nos respectivos níveis de atuação.
6. Recursos Humanos insuficientes no EAPE, para a oferta de formação continuada em Educação do Campo, considerando as especificidades inerentes à Educação do Campo.
7. A Educação no Campo ainda não se equipara às demais modalidades de ensino, no organograma da SE-EDF, o que implica autonomia e recursos humanos e materiais diferenciados.

Considerações finais

Um dos grandes desafios da implantação/implementação da política pública de Educação do Campo, é contextualizá-la com a realidade de cada comunidade escolar, dialogando com os saberes, conhecimentos e cultura camponesa, de forma a favorecer a inclusão educacional dessa população.

Há que se garantir o atendimento às demandas educacionais formuladas pelos povos do campo. De modo que esses se reconheçam na escola, desde a estrutura física até os materiais didáticos, na formação dos educadores, no transporte escolar; na alimentação escolar produzida, preferencialmente nas comunidades próximas às unidades escolares, livre de venenos e plenas de sabor.

Para tanto, faz-se necessário inaugurar novas relações sociais no ambiente educativo, em uma educação que se faça emancipadora, compreendendo que os sujeitos trazem suas próprias histórias, vivenciam lutas sociais, têm marcas em seus rostos e corpos, têm cor, raça, lugar de origem, gêneros, etnias diversas e,

Tabela 1. Matrícula inicial do Distrito Federal, Por localização, Segundo etapa/modalidade e Turno 2017

ETAPA/MODALIDADE TURNO	TOTAL	URBANA	LOCALIZAÇÃO		
			%	RURAL	%
TOTAL	662.283	636.991	96,18%	25.292	3,82%
DIURNO	602.914	579.452	96,11%	23.462	3,89%
NOTURNO	59.369	57.539	96,92%	1.830	3,08%
EDUCAÇÃO INFANTIL	96.278	93.739	97,36%	2.539	2,64%
DIURNO	96.278	93.739	97,36%	2.539	2,64%
NOTURNO	-	-	-	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL	382.257	365.477	95,61%	16.780	4,39%
DIURNO	381.866	365.086	95,61%	16.780	4,39%
NOTURNO	391	391	100,00%	-	-
ENSINO MÉDIO	108.118	105.950	97,99%	2.168	2,01%
DIURNO	101.325	99.321	98,02%	2.004	1,98%
NOTURNO	6.793	6.629	97,59%	164	2,41%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	51.772	48.720	94,10%	3.052	5,90%
DIURNO	7.266	5.812	79,99%	1.454	20,01%
NOTURNO	44.506	42.908	96,41%	1.598	3,59%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.878	5.851	99,54%	27	0,46%
DIURNO	5.878	5.851	99,54%	27	0,46%
NOTURNO	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	17.980	17.254	95,96%	726	4,04%
DIURNO	10.301	9.643	93,61%	658	6,39%
NOTURNO	7.679	7.611	99,11%	68	0,89%

Fonte: Censo Escolar-SEEDF e Inep/MEC.

Ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, ao meio ambiente, os conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas, da produção a partir de estratégias solidárias, vão recriando suas pertencas, reconstruindo sua identidade na relação com a natureza, o trabalho e a cultura. (SILVA, 2010, p.73)

A Educação do Campo deve estar vinculada à realidade dos sujeitos, valorizar os diferentes saberes no processo educativo, por meio da compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos, tendo a agroecologia como estratégia para o desenvolvimento sustentável, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio educativo, a fim de cumprir o *telos* de seu destino, ao se constituir formadora de sujeitos, articulada a um projeto de emancipação humana e, para tanto, o comprometimento, seriedade e, por que não dizer, a

paixão, não são o bastante. É fundamental contar com as condições humanas e materiais para tanto.

Por fim, a Educação do Campo não é apenas a garantia de direitos dos povos do campo: trata-se da garantia de direitos de todos os brasileiros, moradores do campo ou não, porque ao preservar os saberes do campo, preservam-se os saberes aos quais todos temos direito. Ao se promover o conhecimento de alternativas sustentáveis de produção de alimentos, que possibilitem garantir a permanência dos camponeses no próprio campo, contribuimos para que a população do DF tenha acesso a alimentos saudáveis, à cultura camponesa. A permanência digna, sustentável e soberana dos povos do campo no campo implica a continuidade de vida, de cultura, de história, de valores, de conhecimentos populares, de preservação ambiental (ao contrário do agronegócio, a agroecologia é produtora de água), bens materiais e imateriais que são de todos nós. ■

Notas

¹ Hoje formadora da equipe de Educação do Campo do Centro de Formação de Profissionais da Educação – EAPE, órgão da SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do DF, subordinado ao Gabinete do Secretário de Educação, que tem como função ofertar formação continuada.

² Utilizamos o termo “Escola do Campo” como a afirmação de um direito, mesmo que, de fato, algumas escolas ainda não se constituam assim, de acordo com os princípios e matrizes formativas da Educação do Campo.

³ A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, define a Educação do Campo como modalidade de ensino.

⁴ Relatório de Gestão 2012-2014 NEC /CEDIV/SUBEB.

Referências Bibliográficas

- II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, Luziânia/GO. **Declaração Final:** Por uma Política Pública de Educação do Campo, mimeo.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Organizadores). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Educação do Campo:** Marcos Normativos. 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação, Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico.** Licenciatura em educação do campo. Versão de Maio de 2009. Mimeo.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: Brasília, 2014.
- _____. **Censo Escolar 2017.** In: Cadastro das Unidades Escolares do Distrito Federal. SEEDF, 2017.
- _____. **Censo Escolar 2012.** Dados elaborados pela Codeplan. 2012.
- _____. **Plano Distrital de Educação (PDE),** Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015a.
- _____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal,** 6ª Ed. SEEDF: Brasília, 2015b.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Organizadores). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.
- SILVA, Maria do Socorro. Tentativa de construir uma teoria pedagógica sistêmica para impregnar o mundo de sentido: Saber, Querer, Sentir e Poder. In: NUNES, Alessandra da Coasta; ROCHA, Eliene Novaes (Org.). **Práticas pedagógicas e formação de educadores(as) do campo:** caderno pedagógico da Educação do Campo. 2ª Edição. Brasília, 2010.

Bibliografia consultada

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.
- BARBOSA, Anna Izabel Costa. **A organização do trabalho pedagógica na Licenciatura em Educação do Campo/UnB:** do projeto às emergências e tramas do caminhar. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Dilemas na Conceituação do Campo e do Rural no Brasil. In: SAQUET, Marco Aurélio; et al (org). **Territorialidades e Diversidade nos Campos e nas Cidades Latino-americanas e Francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.